



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes  
Capital do Tanino e da Citricultura"**



**RELATÓRIO DE REUNIÃO**

**Data:** 05.08.2014

**Proc. n.º:** 214 – SI 114/14

**Horário início:** 14h

**Término:** 14h45min

**Assunto:** reunião para tratar do prédio da antiga cervejaria Antártica, AMBEV, decretado como de utilidade pública pelo Prefeito Municipal.

**Requerente:** Vers. Renato Kranz (PMDB) (primeiro autor), Márcio Müller (PTB), Rosemari Almeida (PP) Carlos Einar de Mello – Naná (PP), Gustavo Zanatta (PP), Marcos Gehlen – Tuco (PT) e Edgar Becker (PMDB).

**Convidados:** Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Carlos Eduardo Müller; conforme Requerimento n.º 087/2014.

**Presentes:** Lista de presenças anexa ao referido processo.

**Principais pontos Destacados:** No início da reunião, o Presidente, Vereador Renato Antonio Kranz, comentou que o objetivo era conhecer as razões e finalidades do Decreto n.º 6.568/14, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação de domínio pleno, uma área de terras com superfície de 305.860,00 m<sup>2</sup>, pertencente à Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV. Disse que ficou surpreso quando, em reportagem do Jornal Ibiá no dia da publicação do decreto, o Secretário, questionado, declarara não ter conhecimento do que se quer com o espaço, que a sua Secretaria não fora gestora, mas teria sido um ato de iniciativa do próprio Gabinete do Prefeito. Reforçou objetivo da reunião: buscar esclarecimentos, porque, se o governo não tiver projetos para o local, pode-se tornar um passivo bastante preocupante para o Município, uma dívida que o Município pode assumir sem ter como honrá-la. A AMBEV pode também buscar seus direitos. Constatou ser um espaço enorme, mas que, pelo tempo, está totalmente deteriorado. Contou que, no governo anterior, foi buscado atrair empresas para aquele espaço e conseguiram, na época, o interesse da empresa Kapersberg. As negociações avançaram e o entrave surgira não no preço do imóvel (em torno de sete milhões), mas no custo de manutenção e reforma daquele espaço, que era mais elevado que o próprio preço do imóvel. Manifestou extrema preocupação com o custo para o Município se não existir um projeto, encabeçado pelo Município, de que empresas possam assumir aquele espaço. O Município tem áreas prioritárias de investimento, como saúde, educação, infraestrutura. Ele precisa ser um indutor do desenvolvimento econômico, não seu realizador. O Vereador Márcio Müller disse que gostaria de saber se houve um debate referente a esse projeto entre o prefeito Paulo Azeredo – ou o vice-prefeito, que assinara o Decreto – com a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio – SMIC e com a Associação Comercial, Industrial e Serviços – ACI; o que a Administração projeta para aquele local. A Vereadora Rosemari Almeida alegou que, no momento em que o Poder Executivo declara uma área de utilidade pública para fins de desapropriação para domínio pleno, ele faz isso porque tem alguma intenção para aquele local. Perguntou, quando foi feito esse decreto, qual foi o objetivo. O Secretário Carlos Eduardo Müller disse que, sobre a declaração no jornal, tinha conhecimento sobre a vontade de desapropriação da área por parte do prefeito, até por ter sido uma promessa de campanha dele, onde declarou que queria desapropriar a área da AMBEV para transformar num centro comercial e industrial ou, até mesmo, com



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes  
Capital do Tanino e da Citricultura"**



vistas ao desenvolvimento do turismo. No momento em que recebera o contato do repórter, não tinha conhecimento da publicação do decreto no meio de comunicação Jornal Ibiá. Tão logo tomara conhecimento, foi se inteirar e buscar aquilo que estavam pensando e o que poderia ser feito dentro da Administração. No âmbito da Secretaria, afirmou que não há nenhum projeto para o imóvel pertencente à AMBEV que fora desapropriado. É uma área nobre, porta de entrada do Município, que é um desperdício para o Município e para a região estar daquele jeito. Declarou que, na semana após a publicação do decreto, a SMIC chamou ACI, Sindicato do Comércio Varejista – Sindilojas, Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, Associação das Micro e Pequenas Empresas de Montenegro para uma primeira conversa para um início de trabalho baseado nestes três vértices: uma pequena indústria, linhas de comércio e uma área de turismo e alimento. Destacou que ainda há passos para se criar um projeto, ainda não se tem um projeto. Antes de levar o projeto à apreciação, também é necessário conversar com a AMBEV, que é o primeiro passo, para ver se tem interesse em serem parceiros no projeto. O Município ser um facilitar e buscar parceiras público-privadas para que se transforme aquela área num bem comum, um centro de compras, uma área de entretenimento, de turismo. Comentou que o ponto mais importante é manter a história daquela fábrica de cervejas onde muitas famílias trabalharam. Estimou que o valor de venda, hoje, no mercado, é de seis e meio a sete milhões de reais. O valor venal é de novecentos mil reais. Aventou possibilidade de comprar por esse valor. Talvez assim vários interessados apareçam, mesmo sabendo que toda aquela estrutura está deteriorada e não tem condições de ser aproveitada, segundo informações de alguns corretores. O Vereador Márcio perguntou se o Secretário acha um bom negócio para o Município. O Secretário disse achar muito bom negócio para o Município, pois, ali, é uma área que pode servir para o comércio e para o entretenimento, uma área de lazer e de turismo. É a porta de entrada da cidade, com muita circulação de pessoas. É positivo para o Município, desde que não tenha nenhum impacto financeiro para a Administração. Contudo, destacou que se for necessário investir sete milhões na compra, mais outros tantos milhões no incremento, não seria viável economicamente, pois o custo seria muito alto para recuperar uma estrutura precária. Ressaltou necessidade de se ter uma boa parceria público-privada com investidor com capacidade financeira para fazer investimentos a longo prazo para que o empreendimento se torne viável. O Município pode desempenhar o papel de facilitador do negócio. Revelou que, conversando com um corretor, ele dissera que a situação lá dentro não está muito boa; contudo, não tivera acesso ao prédio. O Vereador Kranz perguntou sobre as circunstâncias que motivaram o decreto municipal, se houve um estudo de viabilidade econômica, de interesse público, e um planejamento por parte da municipalidade a fim de decidir pela desapropriação. Disse que preocupa o fato de o Secretário ter sido pego de surpresa com esse decreto, pois é necessário que um ato desse porte tenha um processo administrativo por trás, com uma justificativa plausível. Perguntou se isso não corre o risco de um ser um baita mico para a cidade, pois o prefeito poderá ter que tornar sem efeito dali a diante esse decreto. O Secretário Municipal contou que, nas reuniões com os secretários, o prefeito sempre manifestara a vontade de tornar aquela área de utilidade pública. Porém, não houve um trabalho de passo a passo, de pesquisa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**“Montenegro Cidade das Artes**  
Capital do Tanino e da Citricultura”



e de planejamento a fim de que fosse tomada essa decisão. Sabe-se muito bem que é um projeto de campanha do prefeito, que ele tem uma vontade muito grande de ter essa área disponível para o Município. O prefeito manifestara essa vontade nas reuniões, mas não sentaram para discutir a viabilidade econômica, realizar visitas, etc. Afirmou que o decreto fora publicado sem planejamento. Contudo, a municipalidade tem que trabalhar para que isso tenha o menor impacto sobre o Município, que não traga prejuízos aos cofres públicos. A vontade da SMIC é ver aquela área transformada em um centro de negócios, de comércio, que atraia a comunidade para o local, transformar a área em algo produtivo para o Município. Destacou o papel desempenhado pela fábrica da Antártica na economia municipal, ressaltando que o decreto pode ter servido como meio mobilizador de ações para recuperar economicamente aquela área. O Vereador Kranz alegou que, quando a atual Administração assumira, naquela área estava se instalando a Ambiental BR. Ela precisava de licenças ambientais, que foram encaminhados à Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Fepam. Inclusive já tinha autorização da Fepam para funcionar, já estava fazendo a limpeza para instalar a empresa com projeto de compra da área. Em uma audiência pública realizada na Câmara, o prefeito, antes de assumir o mandato, se manifestara totalmente contrário a sua instalação. Já estava acertado com o governo do estado incentivos, só faltando o alvará municipal para funcionamento. O prefeito Paulo dissera que não daria o alvará e a empresa se instalou em outro local, gerando mais de duzentos empregos. Afirmou que se perdeu essa oportunidade. Disse que preocupa que isso seja mais uma das ideias lançadas, como creche noturna e plantão vinte e quatro horas, que não acontecem e ficam só na vontade. Querem que as coisas aconteçam para a sociedade. Ninguém é contra o espaço ser ocupado. O representante da municipalidade disse que foram chamadas entidades de montenegrino para se trabalhar o projeto em cima da ideia do decreto, pois ainda não existe nada de efetivo, de concreto. Nessa reunião, nada fora definido. Mencionou que é necessário ter ciência que é um projeto de grande porte e que requer um grande aporte financeiro. O Vereador Márcio comentou que o decreto é algo perigoso, que pode criar um passivo financeiro muito grande para o Município. O Secretário disse que não havia nenhuma negociação com a AMBEV e que pretende, ainda nesta quinzena, ter um encontro com seus representantes para ver as intenções da empresa de bebidas com relação à área. A partir disso, poder se ver o que é possível fazer. O jornalista Márcio Reinheimer divulgou que a AMBEV não sabia do decreto e que, a partir de sua ciência, mostrara interesse em conversar com a municipalidade. A Vereadora Rosemari solicitou que o Secretário mandasse notícias sobre o andamento da negociação com a AMBEV. O Secretário prometeu manter a Câmara informada das negociações com a AMBEV. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

**Ver. Renato Antonio Kranz  
Presidente**

**\*O áudio integral da reunião encontra-se anexo ao referido processo.**